

Através de um programa de monitoramento da Polícia Militar, essas câmeras estarão monitorando vários locais, acopladas aos radares, permitindo que se identifique, por exemplo, se um carro roubado passou por determinado local. O policial que estiver fazendo o monitoramento poderá encaminhar a viatura mais próxima para tomar as devidas providências. Essa é a contribuição da Assembleia Legislativa.

Outra contribuição é a lei seca, a lei “fecha bar”. Somente em um boteco de Osasco, nesta madrugada, dez pessoas foram feridas e sete morreram. Todas as mães sofrem, as mães dos marginais também sofrem e nada têm a ver com o que seus filhos fizeram. É o meio que propicia isso, pois não há policiamento, não há blitz de desarmamento para investigar se essas pessoas estão armadas, às vezes até com metralhadoras de uso restrito ao Exército. Isso não pode acontecer, alguma coisa está falhando.

Por isso, quero dizer ao secretário de Segurança e aos órgãos competentes que é preciso fazer blitz de desarmamento em pontos estratégicos para tirar de circulação essas armas que estupram, que assassinam, que entristecem milhares e milhares de brasileiros, de cidadãos de bem. Isso traz a todos nós esses momentos angustiantes, momentos de reflexão, momentos de depressão. Imaginem ter um parente, um amigo ou um vizinho assassinado por essas armas que entram pelas fronteiras, por contrabando. E essas armas de numeração raspada são vendidas nas ruas, inclusive perto de delegacias.

Quero finalizar meu pronunciamento dizendo, deputado Carlos Giannazi, já que a Educação falha, já que a Cultura falha, já que não temos condições de oferecer esporte a todos os nossos jovens, já que não dá para oferecer emprego a todo mundo, que é preciso coibir o uso das armas. Não é porque falta esporte ou porque está desempregado que o indivíduo tenha de pegar em armas. Essas armas têm de ser recolhidas e queimadas em praça pública. Precisamos ter Segurança, porque todos sofrem com essa violência que vivemos todos os dias, inclusive as mães de marginais.

Um país assim não serve para vivermos, uma cidade assim não traz desenvolvimento, não gera emprego. Traz tristeza, desemprego, pobreza.

Temos de fazer algo.

Tenho um projeto que dispõe sobre a colocação de detector de metais em todos os locais, inclusive na Assembleia Legislativa.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar o aniversário da cidade de Apiaí no dia de hoje.

Em nome de todos os deputados desejamos que o aniversário da cidade seja comemorado pelos seus munícipes com muita tranquilidade, com segurança, com desenvolvimento e qualidade de vida.

Contem sempre com os deputados desta Casa.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de volta a esta tribuna gostaria de registrar também a nossa indignação e a nossa perplexidade com o Projeto de lei 2016 aprovado nesta semana na Câmara dos Deputados, projeto conhecido como a lei antiterrorismo, que de antiterrorismo não tem nada. Na prática é um projeto encomendado para criminalizar os movimentos sociais, as lutas sociais, sobretudo as manifestações públicas da população. Esta é a leitura que se faz desse projeto, que proíbe, que criminaliza qualquer tipo de movimentação das forças sociais. É um absurdo.

Aliás, não poderíamos esperar outra coisa de um Congresso dominado pela bancada BBB, a bancada da bala, a bancada da bíblia e a bancada do boi - a bancada do agronegócio - um Congresso onde tanto a situação como a oposição se coloca claramente contra a população, defendendo esse ajuste fiscal que está sendo apresentado pela Presidenta Dilma e seu ministro da Fazenda Joaquim Levy, que é um absurdo. Nisso eles têm consenso, tanto a oposição conservadora, representada pelo PSDB, pelo DEM, uma oposição de direita conservadora, que não pensa no Brasil, como a própria situação, o PT e os partidos aliados, que querem agora jogar a conta da crise econômica nas costas da população, crise que não foi produzida pela população e, sim, pelo governo, pelo sistema financeiro, pelos especuladores da dívida pública, pelos banqueiros. Aliás, os banqueiros continuam ganhando muito dinheiro mesmo na crise. Os grandes bancos continuam tendo lucros astronômicos neste País. Agora querem jogar a culpa, sobretudo a conta da crise, em cima dos trabalhadores, que já estão pagando a conta com o aumento da inflação, com o aumento do custo de vida, com o desemprego, com os juros altíssimos. A população já está pagando a conta dessa crise que foi produzida, como eu disse, pelos governos e sobretudo pelos banqueiros, especuladores da dívida, e a esse congresso que aprova o Projeto de lei nº 2016 da lei antiterrorismo. Por exemplo, se houver um movimento de revolta da população em relação a qualquer atitude ou procedimento do Governo, as pessoas podem, dessa forma, ser criminalizadas e presas como terroristas. É um absurdo!

Se essa lei for aprovada pelo Senado Federal, ninguém mais vai fazer manifestação neste País. Espero que essa lei seja rejeitada. Espero que ela não chegue a ser aprovada no senado. E se for aprovada, que a presidente Dilma Rousseff, tenha, ao menos, a dignidade, em nome da sua história, de vetá-la. Não digo em nome do seu presente porque em nome do seu presente a presidente Dilma Rousseff não tem mais condições de defender a população. Isso porque ela é uma presidente que organiza uma política contra o povo brasileiro, principalmente uma política econômica. Basta ver quem está no seu Ministério da Fazenda, Sr. Joaquim Levy que é um neoliberal, funcionário do Bradesco, que defende as políticas de arrocho salarial, de ajuste contra a população do Brasil. Mas em nome do seu passado, que lutou contra a ditadura militar, ela teria que minimamente vetar uma proposta como essa, que representa a criminalização dos movimentos sociais, dos lutadores e lutadoras sociais.

Essa é uma lei extremamente subjetiva porque permite que qualquer tipo de manifestação possa ser enquadrada nessa lei antiterrorismo.

Se o MST organizar, como organizou agora, uma ocupação política do Ministério da Fazenda, ou o Ministério da Reforma Agrária para forçar uma negociação, para serem recebidos pelos ministros, os integrantes do MST serão enquadrados nessa lei, serão enquadrados como terroristas. Isso é um verdadeiro absurdo. Ou o que aconteceu agora no Rio de Janeiro, onde um homem foi atropelado por um trem e morreu e depois veio outro trem e passou por cima do cadáver com autorização da concessionária que administra aquela linha férrea. Por causa disso, a população revoltou-se e fez uma manifestação contra aquele ato desumano, bárbaro da empresa concessionária da linha férrea. Então, essa população que se revolta vai, agora, ser considerada terrorista por conta desse Projeto de lei nº 2016 que já foi aprovado. Isso é um absurdo, Sr. Presidente.

Queremos, aqui, manifestar nossa indignação, a nossa perplexidade e apelarmos ao Senado Federal, para que faça com que esse projeto não prospere, para que seja rejeitado naquela Casa. E se aprovado, apelamos à presidente Dilma Rousseff para que ela veto esse projeto categoricamente.

Esse projeto é contra a população brasileira. Ele representa, sobretudo, um verdadeiro retrocesso na luta social, na luta pela democracia, pela participação política da população. Esse Projeto de lei nº 2016 afronta, sobretudo, a cidadania.

Portanto, Sr. Presidente, nós não vamos aceitar que esse projeto seja aprovado no senado, tampouco que ele seja sancionado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda, da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, coma finalidade de prestar homenagem ao “Dia da Liderança Jovem”, e da sessão solene a realizar-se segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de homenagear os “100 anos da Fundação da Unasp”, Centro Universitário Adventista. Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 58 minutos.

* * *

17 DE AGOSTO DE 2015 82ª SESSÃO ORDINÁRIA
<p>Presidentes: GILENO GOMES e JOOJI HATO Secretário: CORONEL TELHADA</p>
<p>RESUMO</p>

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILENO GOMES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Fala sobre grave ocorrência policial, em 17/08/1990, em que fora baleado. Mostra imagem do fato. Critica notícia veiculada no Estadão, que acusa o coronel Marco Aurélio Alves Pinto, do Corpo de Bombeiros, de articular a separação entre a corporação e a Polícia Militar. Repudia e desmente aspectos da publicação. Tece elogios à autoridade.

3 - JOOJI HATO

Assume a Presidência. Parabeniza os municípios de Jaú, Paraíso, Pedregulho, Pitangueiras, Pontalinda, Sorocaba, Santa Gertrudes, São Bento do Sapucaí, São Roque, Taquaritinga, e Taquarituba pelo aniversário.

4 - CARLOS GIANNAZI

Fala de manifestação de professores, prevista para esta semana, para reivindicar melhores salários para a categoria. Combate possível decisão do governador Geraldo Alckmin, de acabar com o direito do servidor público estadual à licença-prêmio. Opina que o ajuste fiscal promovido pela presidente Dilma Rousseff penaliza a parcela mais carente da população. Exige, do Executivo, o cumprimento da data-base para o reajuste do funcionalismo estadual, no mês de março.

5 - LECI BRANDÃO

Tece críticas à mídia, pelo que avalia como uso incorreto do termo celebridade. Presta homenagem à Sra. Olímpia dos Santos Vaz, matriarca da escola de samba Vai-Vai, que faleceu no sábado, dia 15/08. Considera que dona Olímpia, sim, é digna de ser chamada de celebridade. Discorre sobre a importância da sambista para o Carnaval paulista. Faz comentários sobre as manifestações populares contra o governo Dilma Rousseff, cujo número de participantes, a seu ver, foi bem menor que nas anteriores. Defende a legitimidade do mandato da presidente.

6 - CARLOS GIANNAZI

Tece elogios à deputada Leci Brandão, como intérprete do samba. Repudia projeto de lei que tramita no Senado Federal, de autoria do senador José Serra, que acaba com a exclusividade de exploração do pré-sal pela Petrobras. Explica que a medida resultaria na retirada, do orçamento, de cerca de 25 bilhões de reais destinados à Educação.

7 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, fala sobre as manifestações populares, ocorridas ontem, em todo o Brasil, contra a corrupção. Faz críticas ao Partido dos Trabalhadores. Combate declaração do presidente da CUT, Vagner Freitas, que defendeu publicamente que os movimentos sociais fossem às ruas armados. Considera que a postura do sindicalista incita à criminalidade.

8 - CORONEL TELHADA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 18/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão solene de hoje, às 20 horas, para “Comemorar o Dia do Maçom”. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gileno Gomes.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PSL - Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembleia, nesta tarde venho à tribuna porque para mim é uma data importante. Hoje, dia 17 de agosto, faz 25 anos que tive uma ocorrência muito grave quando eu era tenente de Rota. Nesta data, em 1990, por volta das 19 horas,

eu patrulhava a zona norte de São Paulo. Fomos atender uma ocorrência de roubo na Vila Brasilândia. Dois indivíduos estavam aterrorizando aquela região, quando lá chegamos, como tenente de Rota, com mais nossas equipes. No momento da prisão dos indivíduos, houve um grande tiroteio e eu acabei sendo baleado. Foi a primeira vez que eu fui baleado na Polícia Militar.

No entretvero, no tiroteio, um dos criminosos acabou morrendo. O outro foi preso ileso. Eu fui baleado, como se pode ver nesta foto.

* * *

- É feita exibição de fotografia.

* * *

No dia da ocorrência, havia repórteres do então “Jornal da Tarde” conosco na viatura. Eles acompanharam “in loco” essa ocorrência - inclusive o flagrante do momento do tiroteio. Há muitos anos temos o problema da violência no estado de São Paulo e em todo o Brasil.

Essa foto tem exatamente 25 anos. Há 25 anos, nós, policiais, já éramos baleados, já éramos mortos. Assim como é hoje, não tínhamos apoio, não tínhamos credibilidade e as autoridades não nos apoiavam. Continuam não apoiando.

Passados 25 anos, o crime continua forte no estado de São Paulo, a Polícia, totalmente desestimulada para combater o crime, totalmente desvalorizada, porquanto continua ganhando o mesmo salário medíocre.

Ali naquela foto está o soldado Arnaldo. Todo mundo fala que a Rota mata preto e pobre da periferia. O soldado Arnaldo, o melhor policial militar que já trabalhou comigo - era meu motorista na viatura de Rota Comando -, era negro. E, por ser policial, não era rico. Com certeza ele era bem pobre, aliás, quase paupérrimo.

Estão aí as fotos, para quem não conhece a realidade da Polícia. Quem me socorreu naquele dia foi o soldado Arnaldo Francisco dos Santos - infelizmente, já falecido. Era negro, pobre e soldado da Polícia Militar. Essa é a realidade da Polícia Militar, que muitos fazem questão de desconhecer.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

Sr. Presidente Jooji Hato, trago uma notícia que foi editada no jornal “O Estado de S. Paulo” com o seguinte título: “Crise derruba chefe do Corpo de Bombeiros”, deputado Giannazi.

Diz aqui que o grande comandante coronel Marco Aurélio Alves Pinto este final de semana foi transferido. Ele era secretário da Casa Militar e optou por deixar de ser secretário da Casa Militar para assumir o Corpo de Bombeiros, tal é o amor que ele tem pela corporação e tal é o trabalho que ele quer desenvolver.

Ele foi retirado do Corpo de Bombeiros e mandado para a região Zona Norte da Capital, segundo o jornal, em represália pela PEC da emancipação do Corpo de Bombeiros, que eu dei entrada nesta Casa.

Então, o coronel Aurélio está sendo vítima de uma injustiça, porque ele não tem nada a ver com essa história. Fomos nós que começamos isso, então, na época do coronel Meira, comandante-geral. Aliás, a emancipação do Corpo de Bombeiros é pedida há 68 anos pelo Corpo de Bombeiros.

Sr. Presidente, quero fazer um desafio a todos que nos assistem e a qualquer autoridade que quiser vir discutir comigo este assunto aqui na Assembleia, em plenário, em audiência pública ou em simpósio que realizaremos sobre a emancipação do Corpo de Bombeiros.

Quero que alguém me apresente um argumento plausível, deputado Gileno, um motivo para não emanciparmos o Corpo de Bombeiros. Um motivo a mais é essa situação vexatória a que estão expondo o coronel Aurélio, retirando o comando dele, simplesmente porque dizem que ele é a favor da emancipação do Corpo de Bombeiros.

Essa é uma maneira antiprofissional de tratar o assunto. Quero trazer esse assunto à discussão porque eu entendo, sim. Eu sou policial militar há 36 anos e uma coisa que eu conheço é polícia. Desafio qualquer um aqui a discutir polícia comigo.

Uma coisa que conheço é polícia. Se estou falando que precisa emancipar, é porque precisa. Se estou falando que precisa emancipar o Corpo de Bombeiros, Sr. Presidente, não é porque morro de amores pelos bombeiros, não. Nunca fui bombeiro na minha vida. Tenho a maior admiração pelo Corpo de Bombeiros, o maior carinho por todos os oficiais e praças de bombeiros pelo serviço excelente que eles fazem. Mas nunca fui oficial do Corpo de Bombeiros.

Sempre fui oficial de policiamento. Digo aos senhores e às senhoras aqui que precisamos emancipar o Corpo de Bombeiros. Sabem por quê? Porque, se perguntarem para qualquer um aqui se acha que deve emancipar ou não o Corpo de Bombeiros, muitos falarão que não têm opinião sobre esse assunto, mas muitos falarão que não se deve emancipar, Vagner.

Eu vou perguntar: “Por que não se deve emancipar?” Sabe o que vão falar para mim, Vagner? Já falaram. Aliás, quem me falou foi o secretário adjunto de Segurança Pública, o Dr. Mágino, que é meu amigo.

Ele falou: “Telhada, você é louco. Você quer emancipar o Corpo de Bombeiros, que é a melhor coisa da Polícia Militar.”

É por esse motivo que se deve emancipar. Porque a melhor coisa da Polícia Militar se chama rádio patrulha, daquele soldado, homem ou mulher, que neste momento está nos rincões da zona sul, leste, norte e oeste, atendendo ocorrências. E ninguém valoriza.

A Polícia Militar tem que entender. Sim, temos que emancipar o Corpo de Bombeiros, para que eles trabalhem muito melhor. E temos que valorizar a Polícia Militar, que não é valorizada. Portanto, fica aqui o meu cumprimento ao coronel Aurélio, e a minha insatisfação com essa postura do jornal “Aqui”, acusando o governador. Isso não é atitude do governador. Não é o governador que transfere oficiais. Quem transferiu esse oficial foi o comando da Polícia Militar.

Sr. Presidente, peço que este meu discurso seja transmitido ao Sr. Governador, em solidariedade. É muito fácil passar a bola ao governador nessa hora, sem assumir o que fizeram.

Deixo aqui o meu pleito de gratidão. Muito obrigado ao coronel Aurélio. Lembro que naquele incêndio no Alemoa, no litoral, o grande comandante daquele combate de nove dias de incêndio foi o coronel Aurélio. E esse é o prêmio que dão para ele agora: transferência ao Corpo de Bombeiros, fazendo que ele saia pela porta dos fundos.

Coronel Aurélio, aqui vai nossa gratidão, o nosso ‘muito obrigado’ pelo que o senhor fez pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros. Tenha a certeza de que nesta Casa o senhor tem vários amigos. Parabéns por tudo o que o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar têm feito pelo estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar o aniversário, no dia 15 de agosto, das cidades de Jaú, Paraíso, Pedregulho, Pitangueiras, Pontalinda e Sorocaba. E no domingo, aniversariaram as cida-

des de Santa Gertrudes, São Bento do Sapucaí, São Roque, Taquaritinga e Taquarituba. Em nome de todos os deputados, esta Presidência deseja que essas cidades continuem comemorando com muita paz, saúde e alegria. Contem sempre com todos os deputados desta Casa.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, na próxima quinta-feira, dia 20, haverá uma grande manifestação dos professores da Rede Estadual de Ensino, na praça da República, em frente à Secretaria Estadual de Educação, para cobrar do governador Geraldo Alckmin o envio dos projetos de leis à Assembleia Legislativa.

Esses projetos foram prometidos e não entregues no mês de julho, como, por exemplo, o projeto de lei que reajusta os salários dos servidores da Educação, os projetos de lei alterando o modelo de contratação dos professores categoria “O”, alterando, na prática, a Lei 1093/09, sobretudo dando o direito aos professores categoria “O” da utilização do lamspe, a utilização do Hospital do Servidor Público Estadual.

Participaremos, logicamente, dessa manifestação, como sempre participamos de todas as atividades do Magistério paulista. Essa manifestação também denunciará a tentativa do governo estadual de acabar com a licença-prêmio dos servidores. Já corre esse boato em todo o Estado, inclusive já foram publicadas nas redes sociais algumas minutas de decretos e de projetos de lei, desenhando já a possibilidade de uma alteração ou da extinção da licença-prêmio de todos os servidores públicos do estado de São Paulo.

Há também um boato fortíssimo de que o governo pretende reduzir o valor do bônus dos professores, tudo dentro dessa lógica do ajuste fiscal, que penaliza os servidores públicos e sobretudo a população mais carente.

É o que está acontecendo no estado de São Paulo, como também é o que está acontecendo no plano do governo federal. O ajuste fiscal da presidente Dilma penaliza a população mais excluída da sociedade e o governador Geraldo Alckmin também faz o mesmo aqui em São Paulo.

Refiro-me especificamente ao ajuste, à compressão salarial, ao arrocho salarial em cima dos servidores públicos. Portanto, estaremos juntos com os professores da Rede Estadual de Ensino fazendo essa denúncia de retirada de direitos dos servidores da educação e também cobrando as promessas feitas durante a histórica greve dos professores, do semestre passado. É a maior greve do Magistério paulista que durou 82 dias e, no entanto, o governo ainda não cumpriu suas obrigações e suas promessas que foram feitas publicamente inclusive pela imprensa.

O governo se comprometeu a apresentar o índice de reajuste, do cumprimento da data-base que o próprio governo mudou do dia 1º de março para julho. Mudou sem que houvesse alteração da legislação que aprovamos aqui, que é uma lei da data-base salarial para todos os servidores do estado de São Paulo. Ela foi aprovada aqui em 2006. No entanto, essa lei não foi respeitada e o governo disse que não, que agora a lei da data-base salarial dos servidores da Educação seria no dia 1º de março.

O governo não cumpriu nem a data-base de março e muito menos a de julho que ele mesmo criou sem que houvesse qualquer tipo de debate e de alteração da legislação vigente no estado de São Paulo, que é a lei estadual aprovada inclusive aqui na Assembleia Legislativa.

É um verdadeiro absurdo o que vem acontecendo. O governo parece que está brincando mesmo com os professores. O governo não leva a sério a educação no estado de São Paulo.

Além de todos esses ataques, que já citei aqui, agora as tentativas de retirada de direitos, como a licença-prêmio e a redução do bônus. O governo não encaminha o que prometeu não só para os professores, mas à população, à imprensa e à opinião pública, sobretudo à Assembleia Legislativa também, porque o secretário da Educação veio aqui e converou com algumas bancadas do governo logicamente, por que não?

Ele despreza aqui as bancadas dos três partidos de oposição, deputada Leci Brandão, inclusive a do seu partido, o PCdoB, e o nosso pessoal. É um desprezo total do governo e do secretário estadual de Educação pelos nossos partidos, que são os partidos que fiscalizam o governo, denunciam e o cobram sistematicamente.

Cumprimos uma função importante aqui e por isso somos desprezados categoricamente. O fato é que o governo se comprometeu e não cumpriu a sua palavra. Portanto, estaremos apoiando mais uma vez esse ato dos professores, no dia 20, e denunciando o descaso, a leviandade e a irresponsabilidade do governador Alckmin e do seu secretário da Educação com o Magistério paulista e com a Educação estadual.

O governo além de ser leviano com a educação, além de sucatear, destruir a educação estadual brinca com os professores. O governo está brincando com os professores, além de desprezá-los.

É um absurdo, Sr. Presidente, o que está acontecendo aqui. Exigimos que o governo encaminhe imediatamente esses projetos para a Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado Mauro Braga-to. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários da Casa, público que nos assiste, temos dito de forma até intensa que a mídia usa muito a palavra celebridade. Hoje qualquer pessoa que aparece por dois minutos em um programa que não tenha grande importância de educação e cultura, mas que chame a atenção por trazer coisas que não fazem o povo pensar, já são chamadas de celebridade.

Na verdade, acho que as pessoas não entendem o que é celebridade. Celebridade é quem faz história, pessoas realmente importantes.